



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Câmara Municipal de Vereadores
Santo Antônio da Patrulha / RS
Protocolo nº 2349
Em. 06/06/2025 Horário: 16:27
Assinado
Servidor(a)

CÂMARA MUNICIPAL
Santo Antônio da Patrulha - RS
APROVADO
Em: 06/06/25
Presidente: [assinatura] Secretário: [assinatura]

PROJETO DE LEI Nº 253/2025

**Dispõe sobre impedimento para
investidura em cargo público e dá
outras providências**

Art. 1º. Fica vedado, pelo prazo de 05(cinco) anos, a nomeação ou designação para cargo ou empregos de direção, chefia e assessoramento, na Administração direta ou indireta de Santo Antônio da Patrulha, de pessoas que tenham sido condenadas, com trânsito em julgado, pela prática de pichação em bens públicos ou privado.

Art. 2º. Ficam incluídos nos termos do disposto no artigo anterior os crimes previstos no art. 65 da Lei nº. 9.605/98, bem como o art. 163 do Código Penal, este último de acordo com o fato que gerou a Ação Penal.

Parágrafo Único – O prazo citado no *caput* deste artigo, inicia após decisão condenatória com trânsito em julgado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Vereador, 06 de junho de 2025.

[assinatura]
VER. ANDRÉ MACHADO - UB

Av. Borges de Medeiros, 602 Fone: (51) 3662 3555 – Cep. 95.500-000

**“Doe Órgãos, doe sangue: Salve vidas”
“Crack: A Pedra da Morte.”**



Of. n.º 916/2025

Santo Antônio da Patrulha, 16 de junho de 2025.

A Sua Excelência
Senhor Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal,
Santo Antônio da Patrulha - RS.

Assunto: **Envio de Projeto de Lei .**

Encaminho o **Projeto de Lei 253/2025**, que " Dispõe sobre impedimento para investidura em cargo público e dá outras providências.", o qual foi apreciado durante a 20ª Reunião Ordinária, realizada na data de 16 de junho, junto à Sessão Legislativa de 2025, **com parecer das comissões, tendo sido aprovado por unanimidade.**

Atenciosamente,

Vereador André Luís de Oliveira Selistre,
Presidente do Legislativo Municipal.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela PWJI.OI61.KJ6O.ALUE

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS DE OLIVEIRA SELISTRE**, em 17/06/2025 às 08:48:27.



Mem. nº 955/24-SEMAF.

Santo Antônio da Patrulha, 23 de junho de 2025.

De: Secretaria da Administração e Finanças - SEMAF.

Para: Procuradoria Geral do Município - PGM.

Assunto: Análise de Projeto de lei de autoria da Câmara.

Enviamos, neste Processo Eletrônico, o Projeto de Lei n.º 253/2025, de autoria da Câmara de Vereadores, que "Dispõe sobre impedimento para investidura em cargo público e dá outras providências", para análise da legalidade e adequação de tal proposição.

Solicitamos que a informação nos seja remetida **até o dia 1º de julho de 2025**, em virtude de prazos legais para o trâmite de promulgação da lei ou de encaminhamento de veto ao legislativo.

Atenciosamente,

Cléia Juçara Airoidi,
Secretária da Administração e Finanças.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela BUUH.7USI.RCVP.SQEU

Documento assinado eletronicamente por **CLEIA JUÇARA AIROLDI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAF)** em 23/06/2025 às 16:11:47.



Mem. n.º 1.517 /2025-PGM

Santo Antônio da Patrulha, 30 de junho de 2025.

De: Procuradoria Geral do Município – PGM.

Para: Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF.

Assunto: Parecer Jurídico - Processo Eletrônico 2025/277 - Mem. n° 955/2025-SEMAF.

Em atenção à solicitação contida no Mem. n° 955/2025, anexo do Processo Eletrônico 2025/277, com as peças que o instruem, passamos a discorrer sobre nosso entendimento, levando em conta seu caráter opinativo.

Ao analisar o escopo da consulta, em síntese, trata sobre solicitação de parecer jurídico quanto à legalidade, constitucionalidade e formalidades jurídicas ao Projeto de Lei n° 253/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, que tem o objetivo dispor sobre impedimento para investidura em cargo público e dá outras providências.

Nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal, a matéria proposta no Projeto de Lei é de interesse público e se amolda à competência legislativa municipal. Ainda, em se tratando do texto constitucional federal, o art. 60 elenca matérias que para serem legisladas exigem a iniciativa do Poder Executivo, estando, dentre elas, as que disponham sobre os servidores públicos “seu regime jurídico, provimento de cargos...”, como prevê o inciso II, letra “b”.

No entanto, as condições para provimento de cargos públicos não tem natureza estatutária, mas sim, de resguardo a princípios constitucionais. O STF decidiu (Recurso Extraordinário n° 1.308.883), monocraticamente, pela inexistência de vício de iniciativa de lei com a mesma finalidade do Projeto analisado, destacando como regra a moralidade administrativa.

Dessa forma, no entendimento desta procuradoria, o projeto de lei não invade matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, por homenagear o princípio constitucional da moralidade administrativa e, portanto, merece prosperar



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

pelas razões expostas. Ademais o presente parecer não vincula o entendimento do chefe do Poder Executivo perante seu poder discricionário.

Atenciosamente,

Igor dos Santos Oliveira
Procurador Geral do Município
OAB/RS nº 97.164

Fernanda Santos Paranhos
Diretora Jurídica Administrativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Processo Legislativo 2025-277

Para conhecimento e manifestação.

Documento assinado eletronicamente por **CLEIA JUÇARA AIROLDI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAF)** em 30/06/2025 às 16:54:11.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Processo Legislativo 2025-277

Vou sancionar.



LEI Nº 10.595, DE 3 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre impedimento para investidura em cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedado, pelo prazo de 05(cinco) anos, a nomeação ou designação para cargo ou empregos de direção, chefia e assessoramento, na Administração direta ou indireta de Santo Antônio da Patrulha, de pessoas que tenham sido condenadas, com trânsito em julgado, pela prática de pichação em bens públicos ou privado.

Art. 2º Ficam incluídos nos termos do disposto no artigo anterior os crimes previstos no art. 65 da Lei nº. 9.605/98, bem como o art. 163 do Código Penal, este último de acordo com o fato que gerou a Ação Penal.

Parágrafo Único. O prazo citado no *caput* deste artigo, inicia após decisão condenatória com trânsito em julgado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 3 de julho de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Cléia Juçara Airoidi
Secretária da Administração e Finanças



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço
<https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela
A1CX.5U4X.GYIH.C5ML

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA
PATRULHA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 10.595, DE 3 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre impedimento para investidura em cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedado, pelo prazo de 05(cinco) anos, a nomeação ou designação para cargo ou empregos de direção, chefia e assessoramento, na Administração direta ou indireta de Santo Antônio da Patrulha, de pessoas que tenham sido condenadas, com trânsito em julgado, pela prática de pichação em bens públicos ou privado.

Art. 2º Ficam incluídos nos termos do disposto no artigo anterior os crimes previstos no art. 65 da Lei nº. 9.605/98, bem como o art. 163 do Código Penal, este último de acordo com o fato que gerou a Ação Penal.

Parágrafo Único. O prazo citado no *caput* deste artigo, inicia após decisão condenatória com trânsito em julgado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 3 de julho de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI
Secretária da Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Cristina Salazar
Código Identificador:4DDBA14F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 04/07/2025. Edição 4111
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>